

# Texto aprovado pela Sistematização dificulta a criação de novos Estados

Da Sucursal de Brasília

Nenhum Estado poderá ser desmembrado para se anexar a outro ou para a formação de um novo Estado sem a aprovação da respectiva Assembléia Legislativa, da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional. Na sessão de ontem, a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte manteve essa exigência, constante do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).



Com a aprovação do texto do

relator, a tentativa de criação de sete novos Estados fica adiada. Durante os trabalhos da Comissão de Organização do Estado, vários parlamentares defenderam o desmembramento dos atuais Estados. Discutiu-se a criação de Tocantins (norte de Goiás), São Francisco (norte de Minas Gerais), Triângulo (sudeste de Minas), Maranhão do Sul (sul do Maranhão), Juruá (noroeste do Amazonas), Tapajós (oeste do Pará) e Santa Cruz (sul da Bahia).

No seu primeiro substitutivo, Bernardo Cabral incluiu nas Disposições Transitórias uma comissão encarregada de estudar a redivisão dos Estados brasileiros. No segundo substitutivo, ela foi excluída.

A Comissão de Sistematização aprovou também que a criação de

territórios, sua transformação em Estado, ou sua reintegração ocorrerá por legislação ordinária. O princípio federativo foi mantido: a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. Os territórios federais integram a União.

Numa sessão esvaziada pelas movimentações da reforma ministerial, a comissão aprovou, sem qualquer alteração, o primeiro capítulo (Da Organização Político-Administrativa) do título da Organização do Estado. Excetuados os destaques (onde são votados artigos, parágrafos e incisos isoladamente), todo o título foi aprovado por unanimidade.

Apesar da tentativa de um acordo de lideranças para agilizar a vota-

ção, muitos parlamentares insistiram em manter suas emendas, causando lentidão nos trabalhos. Uma emenda do senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI), que foi retirada, foi a piada da sessão. Ele queria que a nova Constituição estabelecesse que "a capital federal é a cidade de Brasília, fundada por Juscelino Kubitschek de Oliveira".

## Parlamentaristas

O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) está arrecadando dinheiro para financiar a campanha do "movimento parlamentarista". Durante a tarde de ontem, Pinheiro recolheu contribuições na Comissão de Sistematização, contabilizando Cz\$ 80 mil, que serão usados na confecção de cartazes e broches.

## Cabral ainda não acionou a Justiça contra a Folha

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse ontem que ainda não definiu o tipo de iniciativa judicial que pretende mover contra a Folha, nem quando entrará com o recurso na Justiça. Procurado pela reportagem, afirmou que não tinha "nenhuma novidade sobre o assunto".

Na última segunda-feira, Cabral anunciou, na abertura da sessão da comissão, que moveria um processo contra o jornal por considerar "mentirosa" a reportagem publicada na véspera. Cabral disse em seu pronunciamento que a reportagem era "inverídica" e "recheada de mentiras".

## O que foi aprovado ontem

### Título III

#### Da Organização do Estado

##### Capítulo I

#### Da Organização Político-Administrativa

Art. 17 — A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos em sua respectiva esfera de competência.

§ 1º — Brasília é a Capital Federal.

§ 2º — Os Territórios Federais integram a União.

§ 3º — Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante aprovação das respectivas Assembleias Legislativas, das populações diretamente interessadas, através de plebiscito, e do Congresso Nacional.

§ 4º — Lei complementar disporá sobre a criação de Território, sua transformação em Estado ou sua reintegração ao Estado de origem.

§ 5º — Os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

Art. 18 — A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

I — adotar religião, subvencioná-la, embarçar-lhe o exercício ou manter com seus representantes relações de dependência, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma da lei;

II — recusar fé aos documentos públicos.

### Capítulo II

#### Da União

Art. 19 — Incluem-se entre os bens da União:

I — as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, às fortificações e construções militares, bem assim às vias de comunicação e à preservação ambiental;

II — os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, constituam limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, as terras marginais e as praias fluviais;

III — as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as marítimas, excluídas as já ocupadas pelos Estados e Municípios;

IV — os recursos naturais da plataforma continental;

V — o mar territorial;

VI — os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VII — os recursos minerais e os potenciais de energia elétrica;

VIII — as cavidades naturais subterrâneas, assim como os sítios arqueológicos e pré-históricos;

## Arinos descansa há uma semana no RJ

Lula Marques - 22. Set. 87



O senador Afonso Arinos (PFL-RJ)

assessores de Arinos sobre a provável data de votação do capítulo do sistema de governo. Parlamentarista histórico, ele quer presidir a sessão da Comissão de Sistematização que

Há uma semana o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) não preside as sessões da Comissão de Sistematização. Ele está no Rio de Janeiro, acompanhando sua mulher, Naná, que está doente. Depois de ter ameaçado renunciar ao seu cargo por não suportar as pressões e críticas ao seu estilo, Arinos não vacilou em deixar Brasília. Decepcionado com o trabalho de elaboração da nova Constituição, optou por um período de descanso.

Quando seguiu para o Rio de Janeiro, Arinos não marcou a data para seu retorno. Ficaria o tempo necessário para que Naná, Anah Guilhermina Franco, se restabelesse de uma labirintite, já que os médicos de Brasília recomendaram uma estada em sua casa, em Botafogo. Mas com a aceleração dos trabalhos da Comissão de Sistematização, o senador preocupou-se ontem em antecipar sua volta.

Os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) foram consultados pelos

vai definir pelo sistema presidencialista ou parlamentarista. Até o final da tarde de ontem, ele decidiria se retorna neste fim-de-semana, na próxima segunda ou terça-feira. Procurado pela Folha, Arinos evitou conversar com a reportagem.

## Tensão

A última sessão presidida pelo senador foi a do último dia 13, quando a comissão votou e aprovou o pagamento dobrado das horas-extras e dilatou o período de licença das gestantes. Foi um dia tenso, onde a Mesa teve dificuldade para controlar a discussão dos 93 membros da comissão.

Em dois dias diferentes, Arinos ameaçou renunciar ao seu cargo depois de ter enfrentado intempestivos debates dos constituintes. Apesar de não ter cumprido a promessa, não escondeu sua decepção com o nível de discussões da comissão, que não se "atém ao essencial e prefere discutir regimento". Cansado, preferiu um período de isolamento.

## Prazo da Comissão está desmoralizado

### WAGNER CARELLI

Enviado especial a Brasília

É árduo o trabalho na Constituinte para deixar tudo exatamente como está. Ontem as lideranças voltaram a se reunir pela manhã, estimuladas à base de chimarrão e café — o que não eliminou as olheiras provocadas pelo cansaço nem na região sob os olhos do senador Fernando Henrique Cardoso, onde outrora prosperavam papadas retiradas em cirurgia plástica —, para tentar decidir em bloco sobre os quinze artigos referentes à organização do Estado. À tarde a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte voltou a plenário em grande agitação para passar o dia em fragorosos combates sobre meia dúzia de incisos. O prazo final — dia 28 — para o encerramento dos trabalhos da Comissão está desmoralizado. Um ponto final na redação da Constituinte significa definição de poder, definição de poder significa mudá-lo. E como dizia na terça-feira o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), depois de comer o mais ou menos lauto peixe ao molho de camarões do restaurante do Senado, "esse negócio de mudança, de eleição, é bom pra vocês lá fora; quem está no poder não vai querer sair". E como diz um amigo dele, socialista: "Sou de esquerda mas não sou burro".

## Obstrução

As lideranças do governo são acusadas de obstrução do processo constituinte. Cita-se aí a atuação do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) — o parlamentar mais hábil em expressar com vigorosa retumbância todo o tédio de um discurso — como exemplar. Mas os tropeços que os representantes do governo possam infligir ao andamento dos trabalhos são apenas impedimentos acessórios. Toda a burocracia do Congresso funciona em favor do governo, um favorecimento explícito da menor disposição administrativa à conformação gestual dos poderosos.

Examine-se o caso do deputado Ulysses Guimarães. Soltá-lo sozinho em meio ao edifício do Congresso é como mudar, sem aviso, os móveis da casa de Stevie Wonder: ele não saberá sequer de que lado estará a praça dos Três Poderes. Jamais o

deixam sozinho, contudo: ele segue levado pela "entourage" do poder. Dias atrás saiu do plenário da Câmara, em articulações sussurradas com Fernando Henrique Cardoso, pretendendo dirigir-se ao seu gabinete; só percebeu que havia caminhado quinhentos metros em direção contrária quando o senador perguntou aonde ia e o colocou no rumo certo.

Ulysses não precisa saber onde é que fica para chegar lá. Já um parlamentar dado parcialmente à insubordinação, como Mário Covas, nunca sabe para onde pode levá-lo a burocracia congressual. Ele retorna segunda-feira — depois de ausência por justificados problemas cardíacos — para a sala que lhe reservou a entidade onisciente da administração do Congresso quando, para desconolo da composição de governo, ganhou a liderança do PMDB na Constituinte. A sala tem o último dos telefones obsoletos, sem dispositivo de sigilo, que o Congresso levou a leilão — e sob seus tapetes constatou-se infiltração de água. Para as reuniões da liderança destinou-se o plenário da Comissão de Relações Exteriores — o único em que não foram trocados os antigos microfones —, com todos os seus armários trancados. De suas paredes saíram quatro grandes quadros por "medida cautelar", como explicou-se à assessoria de Covas, "em respeito ao patrimônio público".

## Dentes

A administração do Congresso tem dentes, segundo um assessor de Covas. "Os de leite serviriam tranquilamente num leão marinho", diz. Uma estratégia impessoalidade torna difícil identificar quem morde, porém. A ponta mais visível da burocracia da Casa é o cotovelo do secretário da mesa, Paulo Afonso, um funcionário público há dezenas de anos no cargo e com salários de centenas de milhares de cruzados. É um homem pequeno, de ombros encurvados, em plenário sempre debruçado sobre alguma pilha de papéis ao lado do presidente da Mesa e observando os constituintes por sobre os óculos; fora de lá sempre caminhando em passos rápidos e curtos por todos os corredores, salas e cantos indecifráveis do Congresso. Ele raramente fala, com voz de qual ninguém é capaz de se lembrar

depois, e consegue livrar-se de interlocutores inconvenientes — todos aqueles não ligados ao poder — com um repentino girar de 180 graus em torno de si mesmo, manobra em que expõe um cotovelo bloqueador.

## "Czar do Legislativo"

A diferença de Ulysses e de Stevie Wonder, caminharia de olhos fechados pelo Congresso, mesmo porque lá não se muda um móvel sem que ele saiba. Foi indicado e chamado de "czar do Legislativo" quando um jornalista da Folha perguntou a um colega sobre como conseguir um crachá que lhe desse acesso ao plenário. Paulo Afonso usou o cotovelo, no entanto, e sugeriu-se buscar o auxílio de um deputado. O jornalista procurou a secretária do chefe de gabinete do primeiro-secretário da Câmara, Marcelo Cordeiro. Segundo a secretária, era caso para uma certa Heloisa Pinheiro, que não se encontrava na Casa. Despachou-se o jornalista para o chefe de gabinete. "O uso de crachás está sendo regulamentado por uma subcomissão da Comissão de Sistematização da Constituinte", disse. "Fale com dona Maria Clara". Declaração do secretário de dona Maria Clara: "Crachá? Tá difícil". Encaminhamento a dona Maria Clara-ela-mesma. Dona Maria Clara, então descobriu-se, está sentada à Mesa do plenário, à esquerda do presidente, e é uma espécie de cotovelo direito do secretário Paulo Afonso. "Crachá para a imprensa? Ora, no Comitê de Imprensa". Claro, o Comitê de Imprensa. Encaminhamento a um dos diretores do comitê. "Perfeitamente, em cinco minutos", disse o diretor. "Sua carteira de trabalho ou do sindicato". O jornalista esclareceu que normalmente não carregava nem a de identidade. Poderia apresentar uma carta do jornal em que trabalhava, porém, declarando-o a serviço — e se lembrava perfeitamente de seu número de inscrição no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo: 4585. "Aaaaahhhh!", prolongou-se num lamento o diretor, "nesse caso nada se pode fazer". O jornalista entrou em plenário na marra. Os seguranças não o impediram. Nem estranharam as escoriações generalizadas que lhe deixaram as mordidas da burocracia congressual.